



**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
GABINETE DEPUTADO ANGELUS FIGUEIRA
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
COMISSÃO DE OBRAS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

PARECER

PROJETO DE LEI N° 541/2021

PROPONENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RELATOR: DEPUTADO ANGELUS FIGUEIRA

Altera a redação do § 1º. Do artigo 8.º da Lei Estadual n.º 3.226/08 (Fixa os percentuais mínimos de cargos em comissão e funções de confiança a serem preenchidos por servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas).

I. RELATÓRIO

Cuida-se nesta Relatoria, da apreciação e emissão do Parecer Conjunto das Comissões de Assuntos Econômicos - CAE e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos - COPSP, que trata do Projeto de Lei n. 541/2021, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, cuja iniciativa altera a redação do § 1º. Do artigo 8.º da Lei Estadual n.º 3.226/08 (Fixa os percentuais mínimos de cargos em comissão e funções de confiança a serem preenchidos por servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas).

A Justificativa do projeto encontra-se anexa.

O Projeto de Lei foi incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 27 de outubro, 3 e 4 de novembro de 2021, não tendo recebido emendas ou substitutivo.

Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para parecer acerca da matéria, tendo decidido de forma FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Nesta oportunidade, o projeto vem às Comissões de Assuntos Econômicos - CAE e Obras, Patrimônio e Serviços Públicos - COPSP, cabendo-me, na qualidade de Relator, apreciá-lo quanto aos aspectos definidos no Art. 27, incisos II e III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

É o Relatório.

Passo a opinar.





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
GABINETE DEPUTADO ANGELUS FIGUEIRA
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
COMISSÃO DE OBRAS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS PÚBLICOS

II. FUNDAMENTAÇÃO

a) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Primeiramente, é oportuno salientar que compete à Comissão de Assuntos Econômicos observar as despesas, receitas, orçamento e crédito do Estado do Amazonas, conforme observado o disposto no artigo 27, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Considerando as disposições contidas na Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 340, de 8 de setembro de 2020, de que pelo menos 20% (vinte por cento) dos cargos em comissão da área de apoio direto à atividade judicante e 50% (cinquenta por cento) da área de apoio indireto à atividade judicante, deverão ser destinados a servidores das carreiras judiciárias, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, visa alterar § 1º. Do artigo 8.º da Lei Estadual n.º 3.226/08.

O projeto em tela não apresenta qualquer custo financeiro e orçamentário, estando assim alinhada às Leis Orçamentárias Estaduais, portanto é de bom alvitre mencionar que tal demanda não possui impacto financeiro ao Governo do Estado.

b) COMISSÃO DE OBRAS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS PÚBLICOS – COPSP

No que compete à Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos analisar, entendo que o projeto encontra-se em consonância com o artigo 27, inciso X do regimento interno, senão vejamos;

Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas:

(...)





**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
GABINETE DEPUTADO ANGELUS FIGUEIRA
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
COMISSÃO DE OBRAS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

X – Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: a) matérias e assuntos relativos ao serviço público estadual da administração direta e indireta, inclusive fundacional;

A propositura possui viabilidade para prosseguir nos moldes do Regimento Interno desta Casa e das demais legislações vigentes, buscando apenas fixar os percentuais mínimos de cargos em comissão e funções de confiança, levando em consideração as áreas de apoio direto e indireto à atividade judicante, bem como de acordo com a realidade do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, sendo assim não onera o serviço público já existente.

Nesse sentido, após verificar as questões abrangidas pelo projeto ora analisado, entendo não haver qualquer óbice ao ingresso da presente propositura no ordenamento jurídico estadual.

III. VOTO

Em face do exposto, após exame de conteúdo da presente proposição e de confronto com as atribuições das Comissões de Assuntos Econômicos - CAE e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos – COPSP, segundo os quais não vislumbram óbices à sua tramitação, MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL, ao Projeto de Lei nº 541/2021, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

S.R. DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E DA COMISSÃO DE OBRAS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS PÚBLICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de junho de 2021.

ANGELUS FIGUEIRA

RELATOR

DEPUTADO ESTADUAL – DC





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE - EM 13/12/2021 15:43:23
SAULLO VELAME VIANNA - EM 13/12/2021 13:52:38
ANGELUS CRUZ FIGUEIRA - DEPUTADO(A) - EM 13/12/2021 13:03:00

